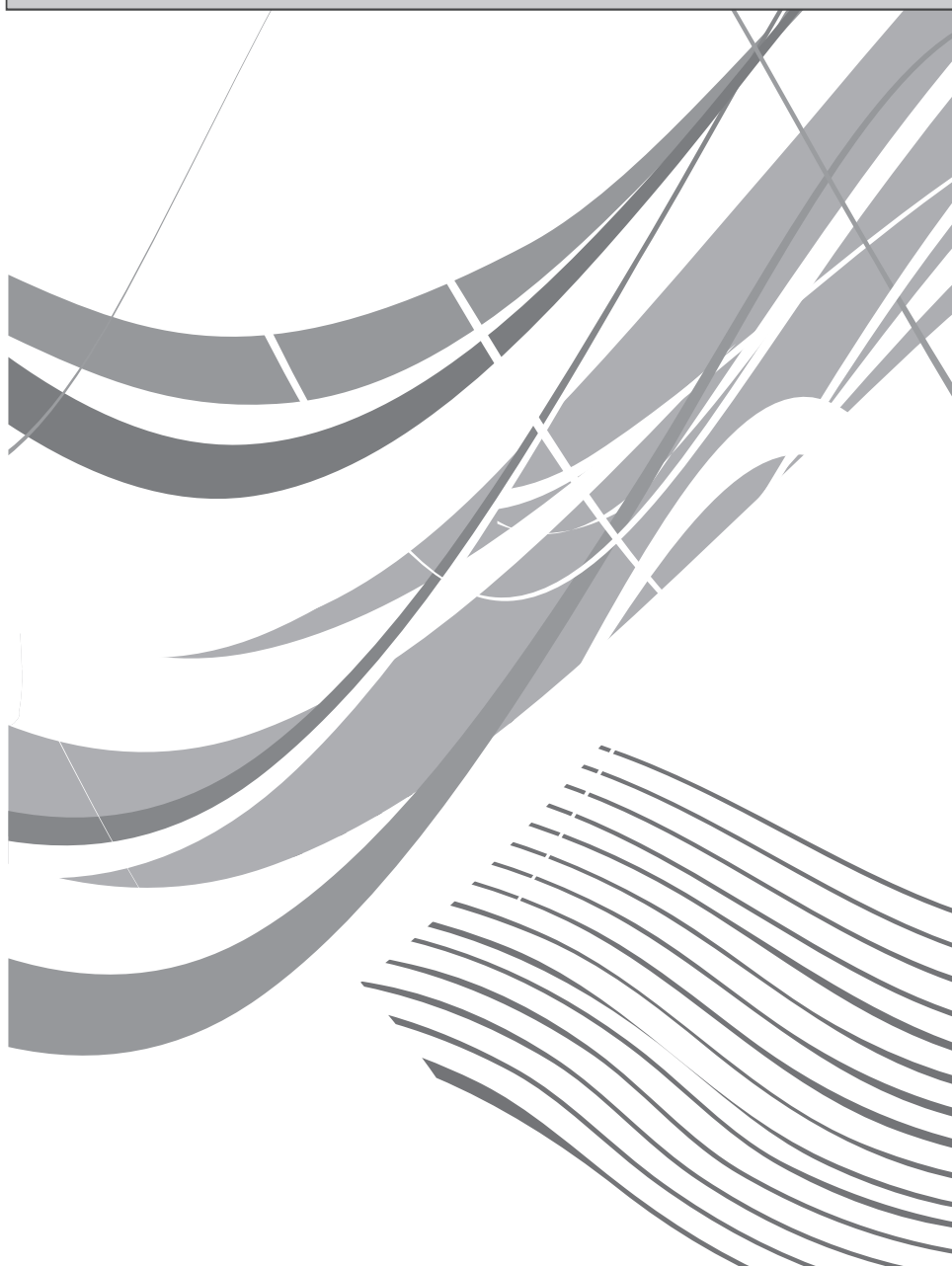


Revista

Tempo, Espaço e Linguagem



IMPRENSA, PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A NOVA ORDEM POLÍTICA EM MINAS GERAIS

Press, proclamation of the Republic and the new political order in Minas Gerais

Prensa, proclamación de la República y la nueva orden política en Minas Gerais

Rodrigo Machado da Silva¹

1. Mestrando em História pela UFOP (2011 - Atual), bolsista CAPES. Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e Centro de Estudos dos Oitocentos (CEO/PRONEX).

108
Revista TEL

SILVA. R. M. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 03, Set-Dez. p. 134-158, 2012. ISSN 2177-6644

Resumo

Neste artigo procuramos desenvolver uma análise do ambiente político, no estado de Minas Gerais, no momento imediatamente posterior à Proclamação da República brasileira. Analisamos como os periódicos mineiros encararam a notícia da queda do Império e da rearticulação governamental a partir daquele evento. Pretendemos estimular estudos, ainda de pouco fôlego, que se empenhem em compreender o processo de instauração do regime, e a adaptação da política mineira nos momentos que se sucederam logo após a Proclamação.

Palavras-chave

Minas Gerais. Proclamação da República. Periódicos.

Abstract

This article focuses primarily in developing an analysis of the political environment of the state of Minas Gerais during the preceding years after the proclamation of the Brazilian Republic. The intention here is to see how the local magazines faced the news of the fall of the Empire and the rearticulation of the government that proceeded it. Our intention is to stimulate studies, that haven't been so far developed, to strive to understand the process of this regimes

establishment, and the political adaptation in the following moments after the proclamation.

Keywords

Minas Gerais. Proclamation of the Republic. Journals.

Resúmen

En este trabajo se desarrolla un análisis del entorno político en el estado de Minas Gerais, en el tiempo inmediatamente después de la proclamación de la República de Brasil. Se analiza cómo los mineros periódicos ante la noticia de la caída del imperio y el gobierno rearticulación de ese evento. Con eso pretendemos estimular estudios, aun de poco aliento, que se esfuerzan por comprender el proceso de adopción del sistema, y la adaptación de la política minera en los momentos inmediatos que siguieron poco después de la Proclamación.

Palabras clave

Minas Gerais, Proclamación de la República, Periódicos.

Viva o Independente Estado de Minas Geraes. Assim anunciava o jornal *A Pátria Mineira* em sua edição do dia 21 de novembro de 1889. O periódico de São João del-Rei comemorava um feito há muito esperado pelos republicanos: o fim do Império brasileiro. Estava sendo anunciado em letras garrafais que Minas Gerais, assim como todo o país, estava livre das amarras da Monarquia, que estava independente de um governo despótico que assolava a nação. Embora o título da notícia, à primeira vista, dê a impressão que *A Pátria Mineira* estivesse referindo-se à independência apenas de Minas Gerais, o que se anunciava ali era a independência de todo o Brasil.

A Proclamação da República foi um acontecimento que, por mais que parecesse inevitável, chegou ao Brasil de forma inesperada. Para uns foi uma quartelada, para outros, como Castro (2000), por exemplo, uma revolução ou golpe de estado. Mas o 15 de novembro de 1889 anunciou a instauração de uma nova ordem política e temporal no país, que chegara para sacramentar a destruição do antigo regime monárquico, que, pelo menos desde a década de 1870, vinha sofrendo uma grande crise, em vários segmentos, que minavam as bases políticas que sustentavam Dom Pedro

II. Era aquele o momento de maior mudança entre regimes políticos desde a Independência, em 1822 (CARVALHO, 2005).

A nova situação evidenciava o despreparo da elite política e intelectual brasileira para a recepção daquele evento. Havia, de um lado, a satisfação dos republicanos com a ascensão política e a implementação de uma nova ordem; e de outro, a apreensão dos monarquistas ao ver a queda do Imperador e o possível afastamento das zonas de poder. Nossa pretensão com este artigo é apresentar uma explanação acerca do modo como a república foi recepcionada em seus primeiros dias de existência. Enfocaremos o estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência alguns periódicos que circulavam na região durante o período estudado, e perceber como republicanos e monarquistas lidaram imediatamente com essa questão. São raros os estudos que tencionam verificar o impacto da Proclamação em terras alterosas, e este texto sugere um campo de investigação ainda de pouco fôlego em nossa historiografia.

Emilia Viotti da Costa (1999) observa que uma das tarefas mais difíceis do historiador é a crítica dos testemunhos concedidos pelos agentes históricos que efetivamente presenciaram determinado acontecimento. A autora propõe que no que se refere às reformas políticas esta dificuldade é ainda maior. De acordo com a autora, esse é um tema controverso composto por posições divergentes, produtora de vencedores e vencidos, que acaba por criar uma documentação contraditória. Ao utilizarmos periódicos como fontes, esse problema torna-se mais evidente, no sentido de que os jornais, na sua grande maioria veículos oficiais de informações partidárias, prezavam pela parcialidade e possuíam suas próprias interpretações dos fatos ocorridos.

O estudo de periódicos toma um importante espaço na investigação acerca das relações sociais, políticas e históricas das comunidades letradas. O surgimento da imprensa escrita formou em seu bojo certo tipo de consciência social e de construção de identidades permitindo o estreitamento da sociedade com o Estado moderno, constituindo uma larga rede de sociabilidade, transitando entre as esferas pública e privada (cf. HABERMAS, 1984). A imprensa periódica brasileira cumpriu quatro funções primordiais dentro desse embate: política, econômica, educativa e de entretenimento (MACIEL, 2005). A questão política, por sua vez, é a mais latente, e os jornais eram majoritariamente assinados por servidores públicos do trono. Política e imprensa atuavam lado a lado a serviço dos partidos, atrelados a grupos familiares e condicionados a seus interesses econômicos e intelectuais

(MARTINS, 2011).

O discurso mobilizado pela imprensa detém um forte aspecto de articulação entre as demandas de poder e transformações sociais que se manifestam como agentes construtores de identidades culturais (FERREIRA, 2010). A imprensa, em grande medida, caracterizava-se como uma porta-voz da sociedade (SOSA, 2006), construindo suas narrativas sobre os acontecimentos ao passo em que as notícias chegavam. Os posicionamentos de seus editores eram, na maioria das vezes, pré-determinados, a favor ou contra um tema, mas ainda constituindo uma história móvel, estabelecendo mitos que permaneceram ou foram esquecidos ao longo do tempo. Era o presente se fazendo e concomitantemente se tornando passado (SILVA, 2011).

De acordo com Marco Morel, as redes de sociabilidade constituídas no Brasil do Oitocentos buscavam de algum modo constituir as bases da nação. A imprensa no século XIX surge, então, em várias regiões do país, sobretudo após a Independência, atuando como elemento articulador dos laços nacionais, muitas vezes pela via regional. Os jornais, de acordo com o autor, eram mecanismos de participação política, produtores de referências e embates simbólicos. Essa rede construída através do discurso jornalístico afirmava-se como sustentáculo do poder político e guia da opinião pública, impulsionada pelo crescimento da alfabetização, pela ampliação das redes de telégrafo e dos correios, bem como pelo reconhecimento da liberdade de imprensa (GOLDFEDER E CASTRO, 2008).

Nesse sentido, ao levarmos em consideração os jornais como documentos privilegiados a serem utilizados em estudos que articulam história política e história intelectual não podemos deixar de atentar para o caráter ideológico da publicação, e da relação do periódico com o seu tempo de produção (SOSA, 2006). Isso pode ser evidenciado nos jornais mineiros do século XIX. Em sua grande maioria os periódicos da província eram de expressões partidárias. De acordo com Amanda Martins (2010), tal prática se deu até finais da década de 1870, momento este em que os periódicos passaram a ter um caráter imparcial. Solidificava-se naquele momento certa ética que estava acima dos interesses particulares e partidários. No entanto, o partidarismo institucionalizado dos jornais mineiros segue até a proclamação da República. Mesmo assim, as disputas acerca do discurso nacional, nos primeiros anos do novo regime, permanecem semelhantes àquelas do Império, porém com outra roupagem.

O periodismo, segundo Ana Luíza Martins (2010), constituiu-se no Oitocentos como o formato preferido de uma imprensa que se dedicava à causa política e literária, esta em menor escala. Alargava-se, desse modo, como prestadora de serviços dentro de um determinado cenário econômico-social permitindo que alguns órgãos transformassem em empresas. Em Minas Gerais, os periódicos intencionavam-se como porta-vozes sintomáticos de uma sociedade urbana. Os jornais como formadores de opinião pública tinham como proposta ilustrar a população, formar senso crítico e inserir a região no processo civilizatório e de modernização, mas não necessariamente esse projeto se efetivava.

A modernização e o ideário republicano não surgiram no Brasil apenas no limiar do novo regime. O avanço nas discussões acerca dessa nova forma de governo já estava posta desde há, pelo menos, duas décadas, quando foi fundado o Partido Republicano, movimento que ganhou força, principalmente, com a desestabilização do governo monárquico após a catastrófica Guerra do Paraguai (1864-1870). O grupo formador dessa linha de pensamento, conhecidos como geração de 1870, tinha por objetivo implantar aquilo que Nicolau Sevcenko (1998) chama de plataforma de modernização e atualização de estruturas há muito ossificadas pelo regime imperial, substituindo por outras diretrizes científicas e tecnológicas advindas da Europa e dos Estados Unidos.

Uma nova ordem político-econômica redefiniria os caminhos do novo governo. Sevcenko (1998) propõe que é nesse ambiente que se efetivava a abertura da economia aos capitais estrangeiros, a facilitação para bancos privados emitirem moeda, a promulgação da lei liberal das sociedades anônimas e a criação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Esse é o momento em que, para o autor, o Brasil entra na modernidade, embalado pelo desejo das novas elites em modernizar o país a qualquer custo. Não era apenas isso que caracterizava a entrada do país na modernidade ocidental. Para Ilmar Mattos (1981), novas formas de socialização urbanas, sobretudo, como o transporte de bondes e a imprensa, possibilitavam a circulação de ideias, valores e hábitos associados à noção de progresso e democracia. Isso estimulava a diversidade de projetos que oscilavam entre rupturas e continuidades com o passado. A questão nacional parecia ainda ser o grande problema a ser resolvido por políticos e intelectuais contemporâneos, que necessitavam adequar o país aos moldes civilizatórios do novo século que se anunciava.

O final do século XIX foi marcado pela ascensão de outros grupos econômicos, bem como por movimentos intelectuais, formando novos segmentos na composição social brasileira. Para Angela Alonso (2002), o movimento intelectual de 1870 foi uma expressão dos anseios de grupos sociais que afloraram juntamente com o processo de modernização anteriormente apontado. A crise estrutural na sociedade brasileira nos fins do Oitocentos, causada pelo desgaste da monarquia, conflitos com o exército, fim da escravidão, separação do Estado da Igreja, entre outras séries de transformações (cf: LEMOS, 2009), atingiu grande parte dos grupos sociais, que não apenas forçaram o surgimento de novos segmentos, mas obrigaram a reorganização dos já existentes.

Angela Alonso (2002) sinaliza que boa parte dos estudos interpretativos sobre a época assume a ideia de que o movimento surgido após 1870 foi formado por intelectuais que produziam um conhecimento que era apartado do cerne do processo político. Há também uma forma interpretativa que identifica a elite intelectual como um grupo atuante para além de seus gabinetes, isto é, que interferiam diretamente na vida política da sociedade. Tendemos, portanto, a pensar que essas duas formas não se excluem. Existe a possibilidade de desenvolver uma análise distinta das duas esferas, desvinculadas uma da outra. Mas, assumir que os projetos intelectuais estavam intimamente ligados aos políticos é absolutamente plausível.

Visto isso, lançamos a hipótese de que a república chega a Minas Gerais com um ideal reformador, mas não interruptor. Ela chega carregada de um otimismo progressista, de alcance da modernidade. Para que isso se efetivasse, várias instâncias deveriam comungar o mesmo objetivo. As novas elites tomavam as rédeas do jogo político, o que não excluía as antigas (RESENDE, 2003), e no cenário intelectual ocorreu o mesmo. Um novo estado surgia. Minas não era mais uma peça subordinada do Império, passava a ser autônoma, com um discurso sobre si. Um novo passado deveria emergir, para que o futuro desejado pudesse ser justificado, e os jornais anteciparam-se nesse movimento.

A notícia da proclamação foi recebida em Minas Gerais com surpresa, mas segundo João Camilo de Oliveira Tôrres (1980), sem agitação, com calma. O autor aponta que sequer houve demissões de funcionários do governo e a adesão ao novo regime ali foi total. Com um dia de atraso, a notícia chegava a todas as regiões mineiras, e sempre de modo sobressaltado. Dessa forma

anunciava um jornal da cidade de Campanha a chegada do novo governo:

A hora já adiantada da noite do dia 16 do corrente chegou a esta cidade a notícia da proclamação da República no Rio de Janeiro.

Alguns telegramas expedidos daquela capital aos chefes do partido nesta cidade causaram uma impressão profunda, indefinível.

Não foi entusiasmo, nem júbilo o sentimento que se apoderou de nós nessa noite memorável; porém a estupefação, o pasmo.

Debalde cada qual procurava arrancar do laconismo do telegrama o motivo de tão inesperado quão prodigioso sucesso. (A Revolução, 23/11/1889).

Os principais líderes do Partido Republicano Mineiro não se encontravam na capital, Ouro Preto, nem mesmo o então nomeado governador do estado, José Cesário de Faria Alvim Filho. Dessa forma, o governo provisório nomeou Antônio Olinto dos Santos Pires como o chefe interino do executivo de Minas Gerais até a posse de Cesário Alvim. Em um texto de 1927, publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro, Antônio Olinto descreve a sua experiência com relação ao impacto que a proclamação teve na antiga capital mineira. O político revelou em seu escrito que toda a movimentação pré-proclamação que acontecia no Rio de Janeiro era desconhecida do povo ouropretano. O dia 15 passou como um dia qualquer, sendo que apenas na parte da noite é que Olinto recebeu um telegrama anunciando que a Monarquia havia caído. (PIRES, 1927).

De acordo com o relato de Antônio Olinto, as primeiras horas da república foram marcadas por uma mistura de estados de euforia e apreensão. Havia um sentimento por parte dos republicanos de que a causa havia sido ganha e sem reversibilidade, mas que a recepção por parte de seus adversários poderia ser até mesmo violenta. Ao saberem das notícias vindas do Rio, os chefes conservadores e liberais dirigiram-se ao Palácio do Governo para pedir a João Batista dos Santos, o Visconde de Ibituruna, então presidente da província de Minas, que impedisse que os republicanos tomassem o governo, resistindo àquele ato. No entanto, o movimento se fortificava cada vez mais, causando ceticismo em parte da bancada monarquista de Ouro Preto (PIRES, 1927). Quanto à Juiz de Fora e Barbacena, os governos locais já eram republicanos, o que asseverava a hipótese de que a conquista da capital era mera questão de tempo.

Mesmo aparentando um ambiente calmo, tanto em Minas quanto em outras partes do país, a República foi acompanhada de inúmeras tentativas de golpes, conflitos e confrontos entre as elites políticas na disputa pelo poder

que se organizava. Dessa forma, no intuito de garantir a ordem interna e a autonomia do estado frente à Federação, desencadeava-se um processo de conciliação política entre as várias facções que, nesse contexto específico, de acordo Berenice Guimarães (1993), dividiam-se em três grupos: os republicanos históricos, os liberais ou evolucionistas, e os monarquistas, que, em parte, aderiram ao regime quando proclamado¹.

Os republicanos históricos se concentravam nas regiões cafeeicultoras do estado, sul e Zona da Mata, e monarquistas e adesistas na região central, antigo centro minerador. Na montagem da primeira chapa eleitoral para a confecção da constituição estadual de 1891 foram excluídas as lideranças das regiões cafeeicultoras instaurando, dessa forma, a dissidência², manifestada na realização de congressos e montagem de chapas alternativas. A dissidência dos republicanos históricos, diz Cláudia Viscardi (1995), uniu-se a antigos monarquistas e católicos descontentes com a laicização do Estado, mas foram derrotados.

Em São João del-Rei, a notícia da chegada do novo regime ficou a cargo do periódico propagador da ideia republicana, *A Pátria Mineira*. Na edição do dia 21 de novembro de 1889 o jornal destacava aquele o especial com a já citada manchete: Viva o Independente Estado de Minas Geraes. Assim como no caso da cidade de Campanha, a novidade só veio à tona na manhã do dia 16. De acordo com o jornal editado por Sebastião Sette, a população de São João reuniu-se na estação da estrada oeste de Minas a fim de receber

1. O primeiro grupo, de acordo com a autora, era formado por positivistas não-ortodoxos que tinham feito uma interpretação revolucionária do positivismo. Para esses homens o recurso às armas era a única saída possível para a derrocada do Império. Em Minas, os principais representantes desse grupo eram Antonio Olinto e Lúcio de Mendonça. O segundo grupo também era formado por positivistas não-ortodoxos, mas que adotaram uma postura mais liberal. Absorveram o discurso republicano, no entanto, esvaziaram o sentido revolucionário do discurso, sendo, para ele, a República algo naturalmente dado, necessário e resultado do progresso da humanidade. Os principais representantes mineiros desse grupo foram: João Pinheiro, Silviano Brandão e Felício dos Santos. Por último, os monarquistas eram contrários à mudança do regime, mas muitos deles aderiram ao regime assim que instaurado, definindo uma política de situação. Cesário Alvim, Afonso Pena e José Pedro Xavier da Veiga são os principais nomes desse ala. Ver: (GUIMARÃES, 1987, p. 17-18). Ainda havia os monarquistas que não mantiveram seu discurso imperial, contrário ao novo regime e defensor de um ideário restaurador. Diogo de Vasconcellos pode ser identificado como um dos representantes deste grupo.

2. Cesário Alvim havia sido indicado para ao governo de Minas pelo marechal Deodoro da Fonseca. A república no estado, como afirma Maria Efigênia Lage de Rezende, iniciava-se sob o comando de um republicano não-histórico, vindo das fileiras liberais. A liderança republicana do estado não participou da decisão da escolha de Alvim. Com isso, instaurou no estado uma tensão entre os republicanos adesistas e os exclusivistas, compostos pela ala dos republicanos históricos que almejavam todo o poder àqueles que não haviam se convertido de última hora. Oliveira Tôrres propõe que mesmo havendo grupos contrários à posse de Alvim, a sua nomeação foi recebida com agrado, e até mesmo com certo entusiasmo, por todo o estado de Minas. Sobre o assunto ver: (TÔRRES, 1980; RESENDE, 1982).

notícias definitivas acerca dos acontecimentos na capital do Império. Foi com a chegada do número do jornal *O Paiz* daquele dia que se pôde compreender as dimensões do golpe de estado (A PÁTRIA MINEIRA, 21/11/1889).

O novo regime já começava a escolher seus inimigos, exaltava seus aliados e postulava seus mitos. Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto e o Visconde de Ibituruna eram os alvos mais fáceis a serem atacados. O primeiro por ser o presidente do Conselho de Ministros, que caiu junto com o Império, e o segundo, por ser o último presidente da província. Segundo *A Pátria Mineira*, Afonso Celso tinha como o seu principal objetivo acabar com o Partido Republicano. João Batista dos Santos, por sua vez, era visto como um eminente político, justo e competente. No entanto, monarquista convicto, assim como observamos na citação acima, recebeu inúmeras críticas dos republicanos no final do período monárquico.

A princípio, o ambiente de ataques aos derrotados poderia parecer a chave para confrontos abertos entre republicanos e monarquistas. O cenário estava propício para resistências maiores e outros contragolpes. No entanto, a maioria dos adeptos ao antigo regime não manifestou uma grande resistência. Em mensagem do Partido Conservador de São João del-Rei, Aureliano Mourão comunicava aos seus correligionários que o partido, naquela localidade, cooperaria com o governo provisório, uma vez que a ordem e o respeito às autoridades eram os princípios cardeais do partido. Mourão acreditava na possibilidade da construção de uma república em defesa e direção dos interesses conservadores da comunhão social. Professava em seu pequeno manifesto que era possível a união entre a nova ordem democrática recém-estabelecida e o tradicionalismo já de outrora.

Se o poder constituinte firmar no Brasil o regime fundamental democrático será, neste, muito mais ampla a órbita do partido conservador.

Terá ele de fortalecer-se e de constituir-se com importantíssimos elementos, que sustentarão a república conservadora, como visivelmente se acentua ser o movimento atual, em antagonismo aos matizes adiantados ultrademocráticos e socialistas.

[...]

É este o proceder que o civismo nos dita e consectário dos nossos princípios, do lema da nossa bandeira: Ordem e liberdade. (A PÁTRIA MINEIRA, 21/11/1889, p. 3)

O jornal *O Estado de Minas Geraes*, periódico oficial do governo mineiro comemorava os êxitos que o golpe obtivera. Chamava a atenção para a quantidade de adesões do povo e de membros dos partidos tradicionais. De

acordo com o jornal, era dever de todo cidadão auxiliar o governo com seu apoio moral, contribuir com as forças que dispusesse para que a paz fosse mantida (O ESTADO DE MINAS GERAES, 23/11/1889). Antônio Olinto, em mensagem publicada no jornal governista, dias antes, dizia que Minas orgulhava-se de contemplar, depois de um século de lutas pela democracia, a vitória contra o despotismo da casa de Bragança, exaltando o alferes Joaquim José da Silva Xavier como símbolo dessa luta. Seria, portanto, através da união de todos os mineiros que o progresso e a civilização se manifestariam entre o povo (O ESTADO DE MINAS GERAES, 20/11/1889). Para o governo provisório:

Felizmente o povo tem compreendido a sua responsabilidade, favorecendo a missão pacificadora do governo, cujo empenho de honra é asseverar a liberdade em toda sua plenitude. E para isto, de seu lado igualmente compreende que seu papel, tão sublime quanto necessário, é o de simples expectativa no campo, em que se vai edificar o novo estabelecimento da pátria. Até hoje, no mais precário período, um só ato não há que se lastime de imperícia, ou de irritante prepotência. O governo provisório tem mesmo desmentido a história das revoluções, graças ao patriotismo esclarecido, senão à fase adiantada do progresso intelectual de nosso século. (O ESTADO DE MINAS GERAES, 23/11/1889).

Com um tom claramente irônico, o jornal *O Movimento*, de Ouro Preto, lançado no congresso republicano de Juiz de Fora, a 15 de setembro de 1889, e editorado pelo ateu João Pinheiro da Silva também comemorava aquilo que declarava ser o objetivo pelo qual lutou. O jornal rogava para si o papel de continuar a luta sacrossanta da liberdade, do progresso, do futuro do país, e honrar o passado mineiro, *ou a “[...] Capitania heróica, da província revolucionária, e do Estado Republicano de Minas Gerais [...]”* (O MOVIMENTO, 23/11/1889, p. 1), fazendo alusão aos episódios da Inconfidência.

A figura de Tiradentes aparece aqui como uma das centrais no processo que se seguia. Assim como *O Estado de Minas Geraes*, o periódico do Partido Republicano demonstrava o valor de um século de lutas contra a tirania. Esta luta, por sua vez, não parecia estar completamente ganha. A historiografia sobre o 15 de novembro insiste em pontuar que o processo de consolidação do regime foi relativamente lento. Ainda existia um grande grupo de ex-monarquistas que agiam como dificultadores dessa firmamento do governo, como poderemos ver mais adiante. Com isso, *O Movimento* convocava seus correligionários para o combate, de vida ou morte, para que não houvesse um

retrocesso. (O MOVIMENTO, 23/11/1889, p. 1).

Cabe notar que o jornal já traçava aquilo que seria uma importante marca para os políticos e intelectuais mineiros da República Velha: a exaltação de Minas Gerais como a peça mais importante do quebra-cabeça federativo do Brasil. O passado glorioso era resgatado como motivador para o progresso da nação encabeçado por Minas, vista ali como a mais rica terra brasileira.

O que cumpre agora é que para todos seja a Pátria um culto, o devotamento o móvel das ações e o bem público e o seu fim. É a hora das grandes almas; que todos saibamos ser cidadãos para que, na América do Sul, os Estados Unidos do Brasil tenham supremacia igual aos da América do Norte e, entre aqueles, o Estado de Minas Gerais se avante como é mister à mais rica e mais populosa porção da terra brasileira, a de maiores e mais sagradas tradições em todas as lutas da Liberdade (O MOVIMENTO, 23/11/1889, p. 1).

A *Folha Sabarense* acompanhava o discurso de seus colegas da capital. Luiz Cassiano Júnior escreveu na edição do dia 24 de novembro de 1889 um artigo em que o primeiro tópico argumentado é o vínculo que o ideário conquistado com a Revolução Francesa através de Tiradentes trouxera para o Brasil, o “[...] luminoso facho à civilização americana [...]”. (A FOLHA SABARENSE, 24/11/1889, p.1). Era inspirados na queda da Bastilha que os inconfindentes deram seus primeiros passos em direção à liberdade (A FOLHA SABARENSE, 24/11/1889, p. 1). Além disso, para esses republicanos havia outro elemento que engrandecia ainda mais aquele ato revolucionário, o fato do golpe ter ocorrido sem derramamento de sangue.

Para o jornalista, a nova época democrática trazia consigo a possibilidade de implementações de leis que contribuiriam para a transformação do caráter do povo. Segundo ele, o regime monárquico era corrupto e por isso o povo vendia seu voto, caminhando muitas vezes de encontro com seus verdadeiros ideais. No entanto, aquele era um momento diferente, em que o povo eletrizava-se sistematicamente ao som da Marselhesa (A Folha Sabarense, 24/11/1889, p. 1). Essa comparação com a Revolução Francesa mostrava-se como um artifício de legitimação e construção de um mito em torno do próprio 15 de novembro. Um feito daquela proporção não poderia ser encarado apenas como uma quartelada, um movimento isolado de uma instituição que não estava totalmente de acordo com o golpe.

O novo regime foi bem recebido também por uma parcela de não-republicanos ou convertidos de última hora. Um dos casos mais significativos

que nos deparamos ao longo da pesquisa é o de José Pedro Xavier da Veiga e seu jornal *A Província de Minas*. O jornalista é conhecido por sua forte atuação no Partido Conservador Mineiro durante o regime monárquico, mas durante a República prestou serviços igualmente importantes, sendo responsável pela fundação e organização do Arquivo Público Mineiro (APM), instituição de caráter fundamentalmente republicano. O periódico supracitado, identificado como órgão oficial do Partido Conservador, teve suas atividades encerradas no dia 13 de novembro de 1889, e ressurgiu em 27 de novembro do mesmo ano com o nome de *A Ordem*, declarado imparcial.

A justificativa inicial para a troca do nome do periódico é bem coerente em relação aos acontecimentos que assolavam a nação na época. Com o advento do federalismo no país, as províncias passaram a ser chamadas de estados. As províncias representavam o centralismo monárquico e a falta de autonomia local, que deixara de existir, perdendo completamente, com isso, o sentido de ainda usar esse nome. Em contrapartida, mesmo com o nome tipicamente positivista e a conversão dos editores ao republicanismo, ainda assim de forma imediata, o periódico mantinha um lastro conservador na forma de se adaptar àquela realidade nacional. Xavier da Veiga seguia, da mesma forma que seus correligionários são joanenses, e propunha através d'*A Ordem* a constituição de uma república conservadora.

Em consequência dos últimos e extraordinários acontecimentos, os antigos partidos, quais se achavam organizados, desapareceram fatalmente, mas os princípios conservadores – bases de toda a ordem social – nunca, como agora foram tão necessários, tão salvadores e tão dignos de patrióticas adesões. Trata-se da reconstrução da pátria, e se aqueles princípios não lhe forma sólido fundamento – sob a forma que ditar a sabedoria dos legisladores constituintes – ter-se-á edificado na areia e a obra não resistirá à primeira lufada das tempestades. (A ORDEM, 27/11/1889, p. 1).

A simpatia d'*A Ordem* em relação ao governo provisório era muito mais inclinada a um compromisso com as autoridades governativas do que com as posições políticas delas propriamente ditas. Ao esclarecer para o público leitor qual era o posicionamento do jornal frente aos acontecimentos de 15 de novembro os editores afirmavam que a revolução trouxera um novo regime que não poderia festejar seu florescimento, mas que de toda forma o respeitava, sendo responsabilidade daqueles que o promulgaram partilhar seu ideário, restaurar a legalidade, avivar as origens do direito e assegurar

solidamente o progresso e a regeneração nacional. Uma necessidade e/ou desejo comum surgia, e que uniria ex-monarquistas e republicanos: a elaboração da constituição estadual.

Em nome do povo, pois, bradamos pela CONSTITUINTE e pela liberdade de sua eleição – liberdade verdadeira, fecunda, exemplar, sem insídias, sem fraudes, sem violências, sem ação corrupta do Poder, que tanto tem estragado entre nós os costumes, aviltando o caráter nacional e degradando-nos no conceito das nações. (A ORDEM, 27/11/1889, p. 1. (*Grifo do jornal*)).

A confecção da constituição organizada, na perspectiva do jornal, assegurava a liberdade do Governo Provisório em deliberá-la. Ela permitiria que se instaurasse a ordem política no estado e ninguém mais teria o direito de ir contra a vontade nacional, que teria seu lastro legal, em ato definitivo. Há também um tom de cautela. Antigos conservadores, liberais e republicanos estavam sob a mesma bandeira naquele momento, mas como o governo era ainda de caráter provisório, cabia esperar os movimentos que seguiriam para que posições mais sólidas fossem tomadas. A Carta Magna reuniria direito e liberdade para a construção da ordem social, e que sem sua reivindicação a sociedade tenderia a um futuro hediondamente dissolvido, com “[...] uma morte inevitável e um sepulcro infame [...]” (A ORDEM, 27/11/1889, p. 1). Não obstante, nem todos os convertidos tinham a mesma polidez tomada pelos editores d’*A Ordem*.

Em uma pequena nota n’*O Movimento* de 23 de novembro de 1889, Antonio Vieira da Rocha, escrevendo onze dias antes da proclamação declarava-se convertido, pois segundo ele a monarquia era um regime corrupto, que estava sacrificando o Brasil em todos os sentidos. Para Rocha, aquele governo agia apenas sob interesse de particulares e não era patriótico. A república, dessa forma, poderia livrar o país daquele que se tornara um inimigo do povo, o império. Comunicava que estava deixando o Partido Conservador, “[...] ao qual tão erradamente tantos anos infelizmente pertenci.” (O MOVIMENTO, 23/11/1889, p. 3).

Mello Viana, em Sabará, aderiu ao movimento com um manifesto bem menos exaltado do que o de Vieira da Rocha. A adesão ao novo regime foi encarada por ele como uma forma de acompanhar o progresso material e moral do país. Era também uma forma de oposição a um governo impopular, e uma contribuição para que o povo pudesse ter força moral para exigir o

cumprimento das leis a serem instituídas a partir daquele momento. O novo governo prometia ser uma importante solução para a retomada do progresso da propriedade e da família. A república despertava o sentimento de individualismo, de democracia e de escape de uma época não tão próspera, para Minas, como foi o século XIX.

Também faremos um protesto contra abusos e contra os homens que não forem de acordo com o direito de propriedade e de família. Dando assim vivas ao governo que tiver patriotismo verdadeiro e que conseguir a felicidade dos brasileiros, ao lado destes estará sempre o inválido, que tomou a liberdade de expressar seus sinceros sentimentos. (A Folha Sabarense, 24/11/1889, p. 3).

Circulavam por esta época também os jornais que tendiam a questionar os benefícios da proclamação. Um exemplo constituiu-se com *O Jornal de Minas*, veiculado na capital mineira, em que um dos editores era Diogo de Vasconcellos. Amigo de Xavier da Veiga, Vasconcellos também ocupou posição de destaque no Partido Conservador Mineiro na segunda metade do século XIX. Da mesma forma que o editor d'*A Ordem*, Vasconcellos também teve uma significativa participação na política republicana, exercendo o cargo de prefeito de Ouro Preto entre 1892 e 1893, e o de senador estadual de 1919 a 1927, ano de sua morte. Não obstante, a postura d'*O Jornal de Minas* estava inclinada muito mais em enxergar a república como um evento irremediável do que como um advento de prosperidade para o país, o que efetivamente não impedia que os elogios ao novo sistema fossem esboçados.

A proclamação, para *O Jornal de Minas*, foi um incidente militar. À primeira vista, esse incidente era fruto de um processo evolutivo de ordem política. Era dever do jornal e dos homens que o faziam contribuir com o governo republicano, mas não necessariamente o órgão e seus representantes tinham a obrigação de acatar com passividade a nova lógica política nacional (O Jornal de Minas, 02/01/1890). Para o jornal, o império realizou uma missão histórica que deveria ser, a partir daquele momento, desempenhada pela república. Regime então mais adiantado e perfeito que o anterior, segundo o periódico, desenvolvido no “[...] seio fecundo da democracia [...]”(JORNAL DE MINAS, 02/01/1980) sob orientação liberal, e o povo deveria ter fé na nova ordem que nascera meses antes (O JORNAL DE MINAS, 02/01/1890).

O periódico reconhecia a fragilidade da monarquia, e afirmava que o retorno ao antigo regime era impossível. Não obstante, em nenhum momento

O *Jornal de Minas* deixava de exaltar a figura de Pedro II. Ancorando-se por algumas notas da imprensa estrangeira, que comentavam sobre o grande acontecimento no Brasil, o jornal mineiro enfatizava o poder da monarquia. Embora fosse um governo despótico, o país gozava de uma liberdade invejável, e que era um exemplo para todos os países, assim como o próprio Imperador, um governante, que na opinião do periódico, era respeitado por todos (O JORNAL DE MINAS, 03/01/1890). O *Jornal de Minas* aceitava a república, mas não a encarava como um opositor ao antigo sistema, porém a via como um progresso político subsidiado pelos próprios partidos tradicionais que antes estavam no poder (O jornal de Minas, 03/01/1890).

A república está feita material e espiritualmente no Brasil; é irrevogável; é a nação. Mas a nação somos nós todos.

É evidente que aqueles que chamam sobre nós a desconfiança do povo e que nos querem colocar à sinistra do governo, no papel de colaboradores apenas, em passividade humilde, esses republicanos têm mínima e confusa noção do sistema republicano. Fazem-nos lembrar aquela oligarquia de oficiais que se chamavam curacas, diretores do povo do Peru, ao tempo em que vigorava o extravagante socialismo dos Incas, tão parecido com o positivismo. (O JORNAL DE MINAS, 03/01/1890, p. 1).

Diogo de Vasconcellos e os editores d'O *Jornal de Minas* não confiavam no retorno da monarquia, mas também propunham a construção de uma república conservadora, que ficasse mais próxima dos antigos partidos monárquicos.

Os que antes do tempo, prematura e inoportunamente sonham com a divisão de partido, quem sabe! visam acaso já as cadeiras da constituinte?

Mas sem os *aderentes*, sem nós todos *vencidos*, só com uma força poderia contar, a força oficial. (O Jornal de Minas, 03/01/1890, p. 1). (Grifos do jornal).

Os partidos de oposição ao governo de Minas procuravam encontrar brechas para se articularem contra o novo regime. Aproveitaram, sobretudo, as discussões acerca da separação entre Igreja e Estado para se fortalecerem. Acusavam o Estado de ateuista, protestando contra a obrigatoriedade do casamento civil, por exemplo. Sob a bandeira da restauração, antigos chefes monarquistas, o clero local e os republicanos descontentes transformaram a questão religiosa em uma importante arma política, fundando, dessa forma, o Partido Católico, sendo O *Jornal de Minas* o seu principal órgão de apoio

na imprensa mineira (RESENDE, 1982). Embora fosse formado por fortes nomes da política da época, o partido foi facilmente desarticulado, não antes de receber duras críticas por parte dos líderes do PRM.

O editorial d'A *Ordem* de 30 de novembro admitia que a república era um fato. No entanto, questionava sua forma de organização. Ainda naquele momento não estava definido se o país seria uma federação ou em estrutura unitária. Alguns periódicos cariocas defendiam a não divisão dos estados; São Paulo por sua vez ameaçava separar-se do país caso a federação não se constituísse. Esses atos de indefinição do governo provisório, segundo o jornal de Xavier da Veiga, eram prejudiciais para a sustentabilidade do novo governo. Assim, os editores d'A *Ordem* destacavam a interferência do governo nas crenças do povo, tais como o casamento civil, a secularização de cemitérios e a separação da Igreja do estado, assim como a maioria dos conservadores protestavam. O periódico não queria entrar na polêmica sobre essas questões, mas exigia que a constituinte fosse prontamente convocada (A ORDEM, 30/11/1889, p. 1).

Cláudia Viscardi (1995) aponta que os anais da constituinte ilustram as divergências estabelecidas entre os grupos políticos formados, manifestando-se, sobretudo, em dois momentos, o do estabelecimento da autonomia municipal e durante a mudança da capital do estado. A primeira, autonomia municipal, assumiu uma dupla importância no período: no caráter econômico, na medida em que possibilitava a retenção de recursos excedentes de agroexportação cafeeira nos municípios produtores; no caráter político, fortalecia-se o poder dos coronéis locais, que tinham por base o município. Já quanto à questão da transferência da capital, a divisão interna do estado se mostrou muito mais nítida. Os políticos da Zona da Mata e do sul de Minas tentavam esvaziar seus opositores através da retirada da capital de Ouro Preto. No entanto, foram derrotados na tentativa de transferir a capital para Juiz de Fora, principal centro econômico da Zona da Mata.

Marcelo Magalhães Godoy (2009) propõe que havia, na passagem do século XIX para o século XX, uma consciência do atraso relativo de Minas Gerais, e de sua suposta condição de subdesenvolvimento. Tal constatação estimulava a construção de planos para a superação dessa condição, articulando políticas que concebesssem e efetivassem projetos para o desenvolvimento regional mineiro. De acordo com a perspectiva apresentada, essa consciência foi constituída no século XX, pois a primeira década do regime republicano

ficou marcada por uma série de conflitos internos entre as elites mineiras, que não se entendiam como uma entidade regional comum .

Na perspectiva de Bernardo Mata-Machado (1987) havia em Minas uma intensificação das tradições políticas advindas do século XVIII, que tinha como missão dar condições de estabelecer os paradigmas necessários para o estabelecimento de certa ordem no estado. A mineração impôs a Minas uma herança barroca, no que tange aos aspectos artísticos, e à produção dos primeiros burocratas, no plano político. John Wirth (1977), por sua vez, estabelece uma noção de cultura cívica na província ligada diretamente à expansão da atividade mineradora do século XVIII (WIRTH, 1977, p. 87). Para Mata-Machado (1987), considerar a tradição política herdada do tempo da mineração possibilita a compreensão de uma clivagem das elites políticas mineiras, que ele divide em um grupo de políticos nacionais, e em outro que detém um poder enraizado na ordem local e regional. Aquilo que o autor denomina de grupo dos notáveis concentra-se na esfera federal do poder, advindo de famílias tradicionais³ mineradoras do centro do estado. O segundo grupo é dividido em dois: a elite política das regiões cafeeiras, Zona da Mata e sul de Minas, e os coronéis do sertão.

Outro fator de oposição ao novo governo de Minas Gerais foi estabelecido por Diogo de Vasconcellos no *O Jornal de Minas* por meio da articulação e da composição de chapas que viessem a enfrentar a ordem liberal e laica que se instaurava no país naquele momento. Uma série de estratégias e alianças foi realizada entre 1890 e 1891 com a provável intencionalidade de manter (ou restaurar) posturas tradicionalistas na direção do estado, herança de um ultramontanismo que o acompanhava há pelo menos desde a década de 1870, e que se efetivara no combatido Partido Católico, em 1890. Há nesse ambiente uma grande querela entre *O Jornal de Minas* e *O Movimento*, durante o ano seguinte à proclamação, pois eles assumiam posições radicalmente opostas no que tangia à reorganização governamental.

O jornal de João Pinheiro acusava os líderes oposicionistas de serem confusos em ideias, origens, meios e fins. Ainda após as eleições de 15 de setembro de 1890, a chapa de oposição sequer havia sido batizada. Um dos

3. Cid Rebelo Horta, com o texto considerado como um clássico, *Famílias governamentais de Minas Gerais*, propõe que a política mineira é comandada desde o século XVIII por um grupo reduzido de famílias, e isso se estendia até meados do século XX, pelo menos, e que se revezavam no poder. Através de descendência direta, a liderança passava de pais a filhos, articulados com elos de afinidades através de casamentos, entrelaçando antigas famílias com as outras, definindo uma rede de laços não necessariamente aparentes, por mudanças de nomes, mas a linha de parentesco permanece. (Cf: HORTA, 1986).

maiores pontos de crítica dos republicanos aos católicos era a falta de coerência interna, na qual chamavam de contradição por base. O *Jornal de Minas* era um herdeiro do antigo periódico ouropretano, o *Liberal Mineiro*, que ainda no tempo do Império sustentava a separação da Igreja do Estado, da liberdade de cultos, do casamento civil. Essas eram reformas que, segundo o *Movimento*, era o que o gabinete Afonso Celso sustentava para salvar a monarquia. Para os republicanos, apoiado em uma chapa fraca, desorganizada e sustentada por pessoas que não faziam jus à crença católica, o *Jornal de Minas* fazia, então, uma criançada ao tentar sustentar uma chapa como aquela.

Certo é que são os homens da fé; mas levaram-na até a tolice. Entretanto o fato é que no mundo pensante eles não encontraram em número suficiente quem quisesse representar o clericalismo, como não encontraram no dia da eleição quem pudesse torná-lo, já não dizemos vencedor, mas ao menos digno de aparecer. (O MOVIMENTO, 01/10/1890).

O *Movimento* afirmava que os oposicionistas lançavam mão de meios detestáveis para fazer campanha, tipicamente monarquistas – com um claro tom depreciativo ao antigo regime. O *Jornal de Minas*, segundo os redatores do periódico republicano, fazia uma campanha de modo sujo, com a mesma “[...] podridão que gangrenou o império”. Os oposicionistas, sobretudo Diogo de Vasconcellos, apelavam para os púlpitos das igrejas, para ameaças de excomunhão, e para o jogo desleal no combate aos governistas, segundo a visão do grupo ligado a João Pinheiro. Ainda afirmavam que por tal ação, o próprio *Jornal de Minas* tinha vergonha de assumir o verdadeiro caráter religioso e tinha vergonha de chamar a chapa de católica, chamando apenas de chapa de oposição.

Ora o *Jornal de Minas* teve a sua sustentação no clero, o Sr. Diogo de Vasconcellos pleiteou a eleição desde abril fazendo circulares aos vigários para cuidarem com afinco da qualificação; os vigários saíram à campo com as mãos ameaçadoras para fulminarem o raio da excomunhão (é bonito mas é triste) no esforço da sustentação dos candidatos indicados.

Está na consciência de todos que os pouquíssimos votos alcançados resultaram do trabalho dos religiosos cabos eleitorais; entretanto, e é este o ponto capital, apesar de tudo isto, o próprio *Jornal de Minas* parece ter vergonha de aceitar para a sua chapa o nome que as circunstâncias todas lhe indicavam e que todos julgavam que devesse ter. (O MOVIMENTO, 05/10/1890).

Por essa afirmação do *Movimento*, o *Jornal de Minas* parte em defesa

de Diogo de Vasconcellos. Os editores do jornal conservador acusavam o *Movimento* por violar as regras de uma polêmica em alto nível. Ao citar Diogo de Vasconcellos, o periódico republicano estava quebrando com o código de imparcialidade jornalística. O *Jornal* discordava, como era de esperar, dos apontamentos feitos pelo *Movimento*, os quais acusavam o ex-monarquista de lançar circulares em prol da chapa oposicionista apelando para os preceitos da religiosidade, usando o clero como cabo eleitoral que se apoiava em ameaças aos fiéis na tentativa de angariar votos. Na edição de 6 de outubro de 1890, o *Jornal de Minas* publicava uma dessas circulares expedidas por Vasconcellos para provar aos leitores do jornal que as acusações feitas pelo lado republicano eram descabidas.

MARIANA, 27 DE MARÇO DE 1890.

- Rvmo. amigo e sr. – Vindo a esta cidade, acertei, de acordo com os nossos amigos aqui residentes, de solicitar à v. revm. se interesse, perante a junta de alistamento eleitoral nessa paróquia, afim de serem incluídos todos os cidadãos que estiverem no caso de nos auxiliarem para uma boa e definitiva organização de nosso Estado.

É natural que as juntas encarregadas desse momentoso serviço precedam com toda isenção, desde que não há hoje paixões partidárias, que influam nos atos políticos; mas, como v. revm. é quem mais pode conhecer o pessoal dessa localidade, será um colaborador utilíssimo, desejando eu que, apurados quantos puderem ser analisados, Minas figure, como deve, ostentando a grande força política de que dispõe.

As questões religiosas, que têm de ser ventiladas exigem que desde já preparamos o terreno em que vamos estabelecê-las. Será um serviço inexcedível prestado por v. revm. tomar a peito o alistamento de seus amigos.

Sempre com estima. – De v. s., amigo obrigado e criado. – Diogo de Vasconcellos. (O JORNAL DE MINAS, 06/10/1890).

O Partido Católico, de acordo com análise desenvolvida por Maria Efigênia Lage de Resende (1982), tinha como bandeira uma ideia de restauração. Através de um fervoroso apoio do clero toda sua campanha política seguia a lógica de voltar para uma situação anterior àquela estabelecida com a república, quase como se fosse tentativa de se restabelecer o regime monárquico no país. Os estudos da autora não avançam nesse sentido. Não era preocupação dela entender qual era a estrutura formativa do partido, mas apenas o seu lugar como uma organização opositora ao republicanismo. Nossa hipótese é de que os membros do Partido Católico não procuravam restaurar nada, mas manter

uma lógica tradicionalista formadora das bases conservadoras imperiais.

A chapa opositora ao Partido Republicano, da qual trouxemos uma brevíssima explanação, desfaz-se em suas próprias bases. Apesar de o *Jornal de Minas* ter continuado sua campanha em defesa da religiosidade dentro do espaço de discussão política partidária no Estado, a própria desorganização do partido aos poucos impôs deserções em seu quadro. Com a criação do Centro Político de Ouro Preto, ainda em 1890, que se constituía como um grupo dissidente do PRM, reunindo republicanos descontentes e chefes dos antigos partidos monarquistas, visava-se, principalmente pelo partido situacionista, esvaziar a oposição liberal que tentava, então, se fortalecer juntamente à aliança clerical e garantir ao governo as eleições à Constituinte Federal (RESENDE, 1982). A ida, portanto, de muitos para o Centro Político de Ouro Preto e as constantes manipulações dos resultados eleitorais pelos situacionistas foram os principais motivos para o fracasso do Partido Católico.

O que podemos perceber no embate entre esses dois periódicos é que os defensores da religiosidade em meio à política sequer consideravam plausível a queda da república, em nenhuma das edições consultadas ao longo da pesquisa. Isso é insinuado. A principal luta era contra o governo e não contra o regime. Mais uma vez seguia-se aqui a ideia de um regime conservador. A tradição devia ser mantida, a moral cristã devia postar-se forte, o que independia do tipo de governo no poder.

Uma ideia clássica de John Wirth (1977) pode ser verificada, a princípio, ao nos depararmos com as fontes postas aqui. Segundo o historiador, Minas foi uma província/estado fiel ao governo. Sua política articulava-se como sustentáculo do poder em vigor, fosse ele monárquico ou presidencialista. Essa postura oscilante fazia com que o poderio local apenas se adequasse à realidade vigente, isto é, o poder se descolava entre as elites, mas não se dissolvia, o que permite entender o sucesso dos convertidos logo nos primeiros dias do governo provisório. Wirth, assim como chamamos atenção no início do texto, aponta a relativa facilidade com que Cesário Alvim e seus aliados ex-monarquistas derrubaram os republicanos históricos ao assumir a primeira presidência do estado.

O início da fase republicana no estado marcou uma imensa contradição. Apesar de a história recente de Minas ser marcada por ações modernizadoras, sobretudo tendo as figuras do próprio João Pinheiro e de Juscelino Kubitschek como pilares dessa era, ainda em tempos atuais mantém-se a imagem

amplamente difundida de que o mineiro é um povo conservador, apegado à tradição e avesso a aventuras e riscos, que de acordo com José Mindlin (2005) vai de encontro ao processo de modernização. Não obstante, essa é uma imagem mítica em torno da figura do mineiro e de sua política. É bem possível que a partir do Estado Novo, com o crescente movimento católico dentro da política estadual esse perfil tenha se manifestado de uma maneira mais assídua. Porém, com a queda de Dom Pedro II, esse conservadorismo, em tese, foi amplamente combatido pelos líderes republicanos, uma vez que era exatamente contra esse ideário, arcaico e individualista, que o novo regime surgira, mas isso não se efetivou.

Em nossa perspectiva, a miscelânea de posições políticas vigentes em Minas nos primeiros momentos do regime republicano trouxe mais uma rearticulação de poder do que conflitos entre vertentes antagônicas. Não houve grande resistência ao regime. Em grande medida a república foi bem recebida. Até mesmo entre monarquistas o impacto não foi tão negativo. Entre os grupos que identificamos como ex-monarquistas, dificilmente havia entre eles um projeto eficaz para barrar a consolidação da nova ordem. Os jornais mineiros, como plataforma natural de propaganda política, deixam claro que a queda do Imperador não foi um evento traumático. Mesmo de forma inesperada, como aponta a historiografia, a notícia da nova ordem chegou nas alterosas sem causar alardes.

Periódicos

A Folha Sabarense. Sabará. (SIA-APM)

A Ordem. Ouro Preto. (SIA-APM)

A Pátria Mineira. São João Del-Rei. (SIA-APM)

A Revolução. Campanha. (SIA-APM)

O Estado de Minas. Ouro Preto. (SIA-APM)

O Jornal de Minas. Ouro Preto. (SIA-APM)

O Movimento. Ouro Preto. (SIA-APM)

Fontes impressas:

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Proclamação da República em Minas

Geraes: O 15 de novembro em Ouro Preto. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Ano 21, n. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1927, pp. 147-182.

Referências

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que nunca foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA, Lucia M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. v. 7, ano VII, n.2, pp. 1-16, maio/junho/julho/agosto de 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento**. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun. 2009.

GOLDFEDER E CASTRO, Pérola Maria. Imprensa, história e separatismo: o Movimento Separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VI, ano 3, n.º 2, pp. 65-76, dezembro de 2008.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Minas Gerais: a construção da nova ordem e a nova Capital. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 8, n.º 2/3, maio/dez, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, 1 (2): pp. 11-142, mai/ago, 1986.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2009. p. 401-444

MACIEL, Guilherme de Souza. **O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48)**: Formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MARTINS, Amanda Silva. **Um passado para Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889)**. (Dissertação de Mestrado). Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.

MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos do Império. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-80.

MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 2 (1), jan/abr 1987.

MATTOS, Ilmar Rohrlhoff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.

MINDLIN, José. Minas e a modernização. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, pp. 43-52.

MOREL, Marco. A imprensa periódica no século XIX. Sítio da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação de estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

_____. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 89-120.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____(Org.). **História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

SILVA, Camila de Freitas. O 15 de novembro na imprensa carioca. **Aedos**.

Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011, pp. 177-198.

SOSA, Derocina Alves Campos. *Imprensa e história: Biblos*, Rio Grande: 109-125, 2006.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**, vol. 3. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, pp. 39-56, 1995

WIRTH, John D. *Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937*. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano**. 2. ed. t. 3v. 1: *Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

Arquivo Consultado

Sistema Integrado de Acesso – Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).

Submetido em: 18/10/2012 - Aprovado em: 14/11/2012